



27 DE JANEIRO DE 2017

Sexta-feira

- PRORROGADO O PRAZO DE ENTREGA DA DIRF 2017
- NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS COM A ÁFRICA DO SUL
- UNIÃO VAI REFAZER CÓDIGO DE MINERAÇÃO
- PROPOSTA PARA MARCO DA MINERAÇÃO NÃO ALTERA FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS
- EMPRESÁRIOS ESTÃO MAIS DISPOSTOS A CONTRATAR E INVESTIR NESTE ANO
- SAIBA COMO O RITMO DE CORTE DOS JUROS AFETA AS ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS
- PETROBRAS REVISA (DE NOVO) PREÇO DA GASOLINA; REDUÇÃO AO CONSUMIDOR É "IMPROVÁVEL"
- SINCOPEPETRO VÊ COMO IMPROVÁVEL QUEDA DA GASOLINA CHEGAR AO CONSUMIDOR FINAL
- PARA TENTAR BAIXAR JUROS, CONSELHO MUDA REGRAS DO ROTATIVO DE CARTÕES DE CRÉDITO
- JURO NO CRÉDITO LIVRE CAI A 52% EM DEZEMBRO; CHEQUE ESPECIAL VAI A 328,6%
- VALOR MÉDIO DAS APOSENTADORIAS PAGAS EM 2016 FOI DE R\$ 1.283,93
- ARTIGO: SEM SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA, ECONOMIA NÃO CRESCERÁ COM VIGOR
- DEBATE SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA OAB TEM CLIMA TENSO
- RENÚNCIA PREVIDENCIÁRIA REPRESENTA 30% DO DEFICIT RECORDE DO INSS
- TRABALHADORES DO TRANSPORTE COLETIVO QUEREM 15% DE REAJUSTE
- COPEL BATE RECORDE DE GERAÇÃO DE ENERGIA PELO TERCEIRO ANO
- ANP TIRA BLOCO RIO DOCE DA 4ª RODADA
- MICROGERAÇÃO DISPARA COM PAINEL SOLAR
- ARTIGO: A SETA DO DESENVOLVIMENTO
- CONSTRUÇÃO ELIMINA EMPREGOS
- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DEVE CONTINUAR EM CRISE APESAR DE RETOMADA GRADUAL
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO REAGE EM JANEIRO, DIZ FGV

- ARTIGO: ROBOTIZAÇÃO E DESEMPREGO
- BRASIL DEVERÁ TER TÍMIDA RECUPERAÇÃO NOS SALÁRIOS EM 2017, DIZ PESQUISA
- NÚMERO DE EMPRESAS INADIMPLENTES TEM MENOR ALTA DA HISTÓRIA EM 2016
- AMÉRICA DO SUL CONTRIBUI PARA RESULTADO NEGATIVO DA FORD
- LUCRO LÍQUIDO DA FCA CRESCE 47% EM 2016
- VW ELEGE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO
- HYUNDAI IX35 GL TEM NOVOS ITENS DE SÉRIE
- MERCADO ARGENTINO CRESCE, MAS PRODUÇÃO ENCOLHE
- YAMAHA CRIA A PRÓPRIA EMPRESA DE LOGÍSTICA
- SANDERO E DUSTER TÊM RECALL POR AIRBAGS
- AUTOPEÇA REPASSARÁ REAJUSTE DO AÇO
- CORTE DE VERBA AFETA PEDIDOS DE PATENTE
- PRODUTIVIDADE NO BRASIL CRESCE MENOS QUE NOS EUA, DIZ ECONOMISTA
- EMPRESAS TÊM ATÉ O FIM DO MÊS PARA ADERIR AO SIMPLES NACIONAL
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO MEI

CÂMBIO EM 27/01/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,149	3,149
Euro	3,370	3,371

Fonte: BACEN

Prorrogado o prazo de entrega da Dirf 2017

27/01/2017 – Fonte: COAD

A Receita Federal, através da Instrução Normativa 1.686/2017, publicada no Diário Oficial da União de hoje, 27-1, prorrogou o prazo para entrega da Dirf 2017, relativa ao ano-calendário de 2016. A declaração, que deveria ser entregue até o dia 15-2, agora deverá ser apresentada até as 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 27-2-2017 .

A IN 1.686/2017, que altera a Instrução Normativa 1.671/2016, também aprovou o programa gerador da Dirf 2017, já disponibilizado pela Receita Federal em seu sítio na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>.

No Portal COAD, em Declarações > Dirf 2017, poderão ser obtidos mais esclarecimentos sobre as informações a serem prestadas e os critérios adotados no preenchimento dessa declaração, entre outros.

Negociações Comerciais com a África do Sul

27/01/2017 – Fonte: CNI

A CNI lançou a publicação "**Negociações comerciais com a África do Sul: interesses ofensivos do Brasil**", que está disponível para download no [site](#) de Negociações Internacionais da CNI.

O estudo é uma contribuição da CNI para ampliar o conhecimento, do setor empresarial e dos negociadoras do Brasil, para ampliação do acordo comercial entre MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU), hoje limitado a pouco mais de mil produtos.

Por que a ampliação do acordo favorece o Brasil?

A África do Sul tem um grande conjunto de produtos com tarifas de importação elevadas e, além disso, os produtos de interesse do Brasil sofrem a concorrência de países beneficiados por acordos (União Europeia, principalmente), além da China.

O aprofundamento do acordo comercial MERCOSUL-SACU melhoraria significativamente a posição competitiva dos produtos industriais brasileiros naquele mercado, principalmente dos 146 produtos indicados no trabalho em que o Brasil tem potencial de ampliar exportações.

Ademais, poderia incluir temas em que parece haver oportunidades relevantes para empresas brasileiras (como serviços e compras governamentais que a SACU não possui e investimentos).

União vai refazer código de mineração

27/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo deve retirar da Câmara, no início do período legislativo, o projeto de lei enviado em junho de 2013, ainda na gestão Dilma Rousseff, que previa um novo marco regulatório para a atividade de mineração e nunca avançou. O Ministério de Minas e Energia está articulando com a Casa Civil o fatiamento da proposta em outras três, para facilitar a tramitação.

"A ideia do governo é retirar esse projeto do Congresso", afirmou ao Broadcast, serviço de notícia em tempo real do Grupo Estado, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Ele avalia que o projeto instituindo novos critérios para os royalties da mineração é o que caminhará com mais rapidez. "Já está mais ou menos pactuado com as empresas e não deixa de ser uma ajuda aos municípios e aos Estados, pois aumenta a arrecadação", afirmou.

O ministro ressaltou o prejuízo que a demora na conclusão do marco regulatório tem acarretado ao setor. "É necessário ter uma definição. Pior do que ter um código bom ou ruim é não saber o que vai ter. É essa dúvida que mata a tomada de decisão para o investimento."

Royalties

Sobre o minério de ferro, um dos principais itens da pauta brasileira de exportações, a alíquota dos royalties vai variar entre 2% e 4%. A ideia é criar uma tabela flexível, atrelada às oscilações internacionais da cotação da commodity. Quanto maior o preço, maior o royalty.

Para todos os outros minérios, o percentual será fixo. Os royalties sobre potássio, de 3%, devem cair, uma vez que a maior parte do produto é importada; os do diamante, hoje em 0,2%, vão aumentar. Pequenos produtores terão taxaço menor.

Coelho Filho disse que não haverá alteração na divisão dos royalties – a União fica com 12%; os Estados produtores, com 23%, e os municípios produtores, com 65%. A

expectativa é que a arrecadação com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) chegue a R\$ 4,5 bilhões. Em 2016, a arrecadação com royalties da mineração foi de R\$ 1,797 bilhão.

Para o ministro, a produção mineral no País caiu por causa da crise econômica e à redução do preço do minério de ferro, mas parte disso também está relacionada à paralisação da proposta enviada ao Congresso. A arrecadação em 2016 foi menor que as de 2012 e 2013, respectivamente R\$ 1,834 bilhão e R\$ 2,376 bilhões. "É possível ver isso pelo ritmo da atividade em países próximos, caso do Peru, que teve crescimento, enquanto nossos investimentos caíram."

O governo também pretende retirar a proibição a empresas estrangeiras, que não podem atuar em regiões fronteiriças. "Temos 16 mil quilômetros de fronteira, é muito grande", disse. "Acreditamos que rever isso abre uma possibilidade de investimentos muito grandes."

O segundo projeto a ser enviado ao Congresso deve tratar da criação da Agência Nacional da Mineração (ANM), que ficará no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mudança já prevista na proposta anterior. O terceiro projeto tratará dos demais temas que envolvem a mineração, como modelo e prazo de exploração das minas.

O fatiamento é bem visto pelo ex-presidente da comissão que analisou a proposta na Câmara, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). Para ele, a divisão do projeto ajudará a dar celeridade em sua aprovação. O atual relator do código, deputado Laudívio Carvalho (SD-MG), foi surpreendido e demonstrou desconforto com a proposta. Disse que seu parecer está pronto para ser votado em plenário desde o segundo semestre de 2016.

Proposta para marco da mineração não altera fiscalização de barragens

27/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

A nova proposta do governo para o marco da mineração não deve trazer novidades em relação ao monitoramento e fiscalização de barragens. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que o governo já adotou medidas para reforçar a segurança no setor no ano passado. Após o acidente em Mariana (MG), em novembro de 2015, a vistoria, antes anual, passou a ser feita duas vezes por ano. Na avaliação de Coelho Filho, as medidas e precauções não devem inviabilizar o setor mineral.

"Antes, já havia um certo preconceito, como se mineração fosse uma atividade feia ou suja, e não tem nada disso. Evidentemente que uma tragédia como a da Samarco traz um peso ainda maior", disse. "Ninguém quer fazer nada passando por cima do meio ambiente nem esconder o que aconteceu, mas o exemplo para isso não é matando a empresa ou a atividade."

O ministro disse ainda que as empresas envolvidas no rompimento da barragem de Mariana – Vale e BHP Billiton – também foram punidas. "Podemos até entrar no mérito se (a recuperação da região) está ocorrendo na velocidade que deveria ser ou não, mas há comprometimento das empresas de recuperar o que foi feito", afirmou. "Elas assumiram responsabilidades bastante consideráveis."

Ainda não está definido se as mudanças serão todas propostas pelo governo por meio de projeto de lei ou medida provisória. "Outras agências (reguladoras) foram criadas por MP. Talvez possamos usar também, mas ainda não há uma definição sobre isso", disse o ministro.

A atual legislação sobre mineração é de 1967. O governo Dilma Rousseff enviou proposta ao Congresso em 2013. Na época, em meio à crise política, optou por um

projeto de lei, para não afrontar deputados e senadores com mais uma MP. O projeto acabou nunca sendo apreciado pelos parlamentares.

A principal diferença é que MP tem força de lei já na data da publicação, enquanto projetos de lei precisam ser aprovados pelo Congresso e sancionados pela Presidência da República para entrar em vigor.

Empresários estão mais dispostos a contratar e investir neste ano

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias

Empresários começam este ano mais confiantes com predisposição a contratarem novos funcionários e realizarem investimento no negócio, revela o levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Embora o Índice de Expansão do Comércio (IEC) tenha sofrido uma queda de 5,3% em janeiro, passando de 89,9 para 85,1 pontos, o índice apresentou alta de 18,6% em relação ao mesmo período do ano passado, quando registrou 72,1 pontos.

O assessor econômico da Fecomercio, Guilherme Dietze, explica que o comportamento de queda em janeiro já era esperado, uma vez que o mês sucede as festividades de fim de ano, e ressalta que o aumento de 18,6% demonstra um ano melhor para os comerciantes.

O índice de janeiro foi impulsionado por outros dois subíndices. O índice que mede a Expectativa para Contratação de Funcionários registrou alta de 22,3%, atingindo 104,8 pontos. Este foi o único subitem acima de 100 pontos, em uma escala de zero a 200.

"Com a maior predisposição dos empresários na contratação de funcionários, a expectativa da Fecomercio é que diminua a taxa de desemprego e, conseqüentemente, as pessoas voltem a consumir mais, principalmente os produtos de bens duráveis, segmento bastante afetado pela crise", aponta Dietze.

O índice que mede o Nível de Investimento das Empresas cresceu 12% em janeiro deste ano, passando de 58,4 pontos para 64,5 pontos.

"Neste primeiro semestre, os números nos mostram que teremos pouco investimento e crescimento no varejo, mas nós (Fecomercio) estamos com expectativas positivas para o segundo semestre, com a possível queda da inflação e o cenário econômico e político mais estabilizado", diz.

Consumo e desemprego

De acordo com a consultoria GPK, desde 2010 o setor de bens duráveis não registrava retração como a do ano passado, com um faturamento 10% menor (R\$23,9 bilhões). Em 2016, também foram eliminados 205 mil postos de trabalho na capital paulista, segundo a Fundação Seade.

27/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, indicou que a redução da Selic continuará em 0,75 ponto por reunião do Copom nos próximos meses, o que tende a levar a taxa para menos de 10% em 2017



Na semana passada, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, indicou que o ritmo de cortes da Selic, a taxa básica de juros, deve se manter em um ritmo de 0,75 ponto porcentual nas próximas reuniões do Copom, o Comitê de Política Monetária. A declaração motivou os agentes do mercado financeiro a projetarem os juros abaixo de 10% até o fim deste ano, fato que interfere nas estratégias de investimentos.

Embora a Selic esteja hoje em 13% ao ano, o relatório Focus antevê uma taxa de 9,5% até o fim de dezembro. Dentro deste cenário, os títulos do tesouro prefixados com vencimento daqui a dois anos podem oferecer ganhos mais altos, desde que os juros tenham uma redução maior que a esperada.

“Os títulos prefixados irão favorecer os investidores caso haja uma queda mais brusca. Agora, se ela ficar dentro do previsto, os rendimentos estarão ‘empatados’”, afirma o sócio-diretor da Praisce Capital, Antônio Marmo, ao comparar a aplicação com o Tesouro Selic, que segue as variações da taxa.

Em queda

No último relatório Focus, de 22 de janeiro, o mercado financeiro previu que a taxa de juros básica fechará em 9,50% em 2017. Esta é a terceira queda seguida nas projeções dos agentes financeiros no ano. Em 13 de janeiro, a estimativa da Selic era de 9,75%, enquanto no dia 6 a meta estava fixada em 10,50%.

Ao se considerar cortes menos intensos, porém, os papéis ligados ao IPCA, que entregam a correção da inflação mais um “prêmio” ao investidor, oferecerão remunerações maiores que as dos prês.

A estimativa do mercado é que a alta geral dos preços ficará em 4,71%, um pouco acima do centro da meta, que é de 4,5%. “Mas há outra questão: a queda da inflação não acontece de uma hora para a outra. Então, se a meta é de 4,5%, a média deverá ser superior a esse número”, avalia o trader de renda fixa e multimercados da Quantitas Matheus Gallina.

Para Marmo, os Créditos de Depósito Bancário (CDBs) com retornos superiores a 118% da CDI, taxa que segue de perto a variação dos juros, apresentam maiores oportunidades de ganhos. Mas, para que garantam os retornos prometidos, os ativos exigem prazos mínimos de dois anos de permanência.

Os investidores que precisarem do dinheiro antes do contratado, porém, correm mais riscos de perdas, porque a inadimplência pode impactar na chamada “marcação de mercado”, alerta Gallina. Traduzindo: os bancos, principalmente os menores, podem negociar para baixo a remuneração dos papéis resgatados antes do prazo.

Poupança

A queda dos juros e dos preços deverão fazer com que a caderneta entregue novamente ganhos reais (descontada a inflação) aos aplicadores. Mas, ainda assim, o

sócio-fundador do Grupo L&S, Alexandre Wolwacz, declara que o investimento continuará menos vantajoso em relação a outros ativos de renda fixa. "Mesmo que a gente trabalhe com um cenário de inflação a 4%, a caderneta terá um ganho de 6,5% a 7% no ano, bem abaixo dos títulos prefixados ou ligados ao IPCA. A poupança só é boa para o prazo curtíssimo, de 90 a 180 dias", considera ele.

Renda variável: cenário abre janela de ganhos para aplicações de maior risco

Mesmo que não ocorra na intensidade esperada, a queda dos juros beneficia investimentos mais arriscados e, automaticamente, com maiores oportunidades de ganhos.

Para analistas do mercado financeiro, as ações, os fundos multimercados e os imobiliários devem surfar no cenário de reformas econômicas e de redução do custo do crédito e turbinar as carteiras dos investidores.

O sócio-fundador do Grupo L&S, Alexandre Wolwacz, lembra que a Bolsa de Valores antecipa os resultados que devem ser registrados pela economia real em pelo menos seis meses. E, até lá, a perspectiva é que ocorra uma queda no nível de desemprego e uma recuperação na atividade, o que já se reflete no resultado das ações.

No acumulado de janeiro, o Ibovespa teve uma alta superior a 9% e superou os 65 mil pontos, ganho este que deve ser ampliado no longo prazo caso as previsões se concretizem.

Para o sócio-diretor da Praisce Capital, Antônio Marmo, o cenário econômico também deverá impulsionar os fundos multimercados. Com diferentes tipos de composições, os fundos têm ganhos baseados tanto na variação dos juros quanto no desempenho de ações internacionais e de determinados setores da economia.

De acordo com o consultor, as opções mais "conservadoras", que seguem apenas os juros, oferecem uma "volatilidade relativamente pequena" e podem render de 115% a 120% da DI.

Já os fundos imobiliários devem ser uma outra opção que ganhará com a queda dos juros. A redução da inadimplência dos alugueis e a melhora do humor da economia criará um ambiente mais otimista e propício para os investimentos, o que se reverterá em uma possível ampliação dos rendimentos.

Petrobras revisa (de novo) preço da gasolina; redução ao consumidor é "improvável"

27/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Segundo presidente do Sincopetro, diesel, por outro lado, pode ficar mais barato nas bombas



A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (26) a redução do preço dos combustíveis a partir desta sexta-feira (27). O valor do diesel nas refinarias vai cair 5,1%, em média, e o da gasolina em 1,4%, também em média.

A companhia informou que a decisão é explicada principalmente pelo efeito da valorização do real desde a última revisão de preços, feita em 5 de janeiro. Na data, aumentou o preço do diesel em 6,1%, em média, mas não alterou o valor da gasolina.

No caso da gasolina, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia, avalia que a redução de preço nas bombas depende de um repasse pelas distribuidoras, sendo menos provável que chegue ao consumidor final.

“No caso da gasolina, acredito que será difícil porque a queda não é significativa, mas para o diesel deve sim ter diminuição dos preços nos postos”, afirmou.

A estatal estimou que se o ajuste for integralmente repassado e não houver alterações nas demais parcelas que compõem o preço ao consumidor final, o diesel pode cair 2,6% ou cerca de R\$ 0,08 por litro, em média, e a gasolina, 0,4% ou R\$ 0,02 por litro, em média.

Na prática, no entanto, o que tem ocorrido desde quando a empresa anunciou a sua nova política de preços, em outubro do ano passado, é um rápido repasse para os consumidores apenas quando a estatal anuncia aumentos dos combustíveis.

A lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados. Com isso, as revisões da Petrobras podem ou não se refletir no preço final para o consumidor.

Sincopetro vê como improvável queda da gasolina chegar ao consumidor final

27/01/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia, avalia que a redução do preço dos combustíveis nas bombas depende de um repasse pelas distribuidoras, sendo menos provável que chegue ao consumidor final no caso da gasolina.

“No caso da gasolina, acredito que será difícil porque a queda não é significativa, mas para o diesel deve sim ter diminuição dos preços nos postos”, afirmou.

A Petrobras voltou a reduzir o preço dos combustíveis após dois aumentos do diesel e um da gasolina. A companhia decidiu revisar a partir desta sexta-feira, 27, o preço da gasolina nas suas refinarias em 1,4%, em média, e, no caso do diesel, em 5,1%.

A estatal estimou que se o ajuste for integralmente repassado e não houver alterações nas demais parcelas que compõem o preço ao consumidor final, o diesel pode cair 2,6% ou cerca de R\$ 0,08 por litro, em média, e a gasolina, 0,4% ou R\$ 0,02 por litro, em média.

Na prática, no entanto, o que tem ocorrido desde quando a empresa anunciou a sua nova política de preços, em outubro do ano passado, é um rápido repasse para os consumidores apenas quando a estatal anuncia aumentos dos combustíveis.

A lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados.

Com isso, as revisões da Petrobras podem ou não se refletir no preço final para o consumidor.

Para tentar baixar juros, conselho muda regras do rotativo de cartões de crédito

27/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelo ministro da Fazenda, o do Planejamento e o presidente do Banco Central (BC), aprovou nesta quinta-feira (26) a Resolução nº 4.549, que disciplina o financiamento do saldo devedor da fatura do cartão de crédito e dos demais instrumentos de pagamento pós-pagos.

A medida visa, conforme nota divulgada pelo Banco Central, tornar o uso do cartão de crédito mais eficiente e barato e, do lado das instituições reguladas, oferecer instrumentos para aprimorar o gerenciamento de risco de crédito.

A resolução estabelece que "o saldo devedor não liquidado integralmente no vencimento da fatura somente poderá ser objeto de financiamento na modalidade de crédito rotativo até o vencimento da fatura subsequente.

No vencimento, se ainda houver saldo devedor relativo ao montante objeto de crédito rotativo, este poderá ser financiado mediante linha de crédito parcelado, a ser oferecida pela instituição financeira, em condições mais vantajosas ou liquidado integralmente pelo cliente".

Mais prazo para bancos se adequem às novas regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O CMN também aprovou resolução que amplia o prazo limite para que as instituições financeiras se adequem às novas condições do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) estabelecidas em novembro de 2016 com a resolução 4.537.

Segundo o CMN, "em função da abrangência e da complexidade associadas às mudanças operacionais", operações de financiamento habitacional no SFH aprovadas pelos agentes financeiros até 30 de junho de 2017 podem ser finalizadas até 31 de agosto seguindo as condições vigentes.

A expectativa, conforme a nota do BC, é de que, "com a adequação do produto crédito rotativo, as instituições financeiras possam praticar taxas de juros nessa modalidade inferior às atualmente praticadas".

As instituições financeiras terão até o dia 3 de abril de 2017 para adotar os ajustes operacionais necessários e implementar a respectiva medida.

BC confia que bancos terão linhas de crédito para cliente sair do rotativo

O Banco Central está confiante de que as instituições financeiras oferecerão linhas de crédito para os clientes que usarem 30 dias o crédito rotativo. Apesar de essa oferta não ser obrigatória, o diretor de regulação, Otávio Damaso, acredita que as instituições bancárias darão uma porta de saída do cartão de crédito com juros mais baratos. Com essa operação, o risco de calote no rotativo cairá e, assim, a taxa de juro deve ser diminuída.

"A instituição financeira já tem o cliente e é vantagem manter esse consumidor de forma sustentável. Então, a expectativa é que as instituições ofereçam o crédito", disse Damaso ao comentar a medida que vai limitar o uso do crédito rotativo a apenas 30 dias. Após esse período, o cliente precisa quitar a dívida ou rolar a operação com a contratação de outra linha "mais competitiva", informa o BC.

Com esse limite do uso do crédito rotativo e a transferência para uma operação considerada mais segura - como o crédito pessoal, o BC diz que a expectativa é que haja redução do juro cobrado no rotativo.

"É uma medida importante porque traz um componente de mitigação de risco. E isso será refletido (no juro). Nossa expectativa é que haja redução", disse, ao comentar que a adoção à nova regra é obrigatória até abril, mas a oferta de crédito alternativo é facultativa.

No fim de dezembro, o presidente Michel Temer (PMDB) e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmaram que o governo tomaria medidas na área de cartões de crédito.

Na época, Meirelles havia afirmado que o CMN decidiria, na reunião de janeiro, pela limitação do prazo do crédito rotativo em 30 dias. Depois disso, o saldo seria parcelado em até 24 vezes, com taxas de juros menores que a do rotativo.

O juro do rotativo do cartão de crédito fechou 2016 em 484,6% ao ano - a maior taxa da série histórica do Banco Central. Já o crédito parcelado no cartão de crédito terminou com juro de 153,8% ao ano.

Juro no crédito livre cai a 52% em dezembro; cheque especial vai a 328,6%

27/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Para pessoa física, a taxa média de juros no crédito livre passou de 73,6% para 71,5% ao ano



A taxa média de juros no crédito livre caiu de 54% ao ano em novembro para 52% ao ano em dezembro, informou nesta quinta-feira (26) o Banco Central. Em dezembro de 2015, essa taxa estava em 47,3% ao ano.

Para pessoa física, a taxa média de juros no crédito livre passou de 73,6% para 71,5% ao ano, de novembro para dezembro, enquanto para pessoa jurídica, foi de 30% para 28,2% ao ano no mesmo período.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa caiu de 330,6% para 328,6% ao ano na mesma comparação. Para o crédito pessoal, passou de 54,1% para 53,8% ao ano.

Para veículos, os juros passaram de 25,9% ao ano para 25,7% ao ano, de novembro para dezembro. Em dezembro de 2015, a taxa estava em 26,0%. Em 2016, a taxa apresentou queda de 0,3 ponto porcentual.

A taxa média de juros no crédito total, que inclui também as operações direcionadas (com recursos da poupança e do BNDES), desacelerou de 33,1% ao ano em novembro para 32,0% ao ano em dezembro. Em dezembro de 2015, estava em 29,8%.

Média diária

A média diária de concessões de crédito livre caiu 2,6% em dezembro ante novembro, para R\$ 12,6 bilhões, informou o Banco Central. No crédito direcionado, a média avançou 26,8% na comparação mensal. Esse montante do crédito direcionado somou R\$ 1,8 bilhão no mês passado. Em dezembro de 2015, era de R\$ 13,5 bilhões no caso de recursos livres e R\$ 2,1 bilhões no de direcionado.

Em 2016, a baixa foi de 6,7% para os recursos livres e de 22,1% para o financiamento direcionado.

Quando se junta o crédito livre mais o direcionado, a alta média das concessões foi de 0,4% em dezembro ante novembro, num total de R\$ 14,4 bilhões. A média diária em dezembro de 2015 era de R\$ 15,6 bilhões. No acumulado de 2016, a baixa foi de 8,5%.

Habitação

As operações de crédito direcionado para habitação no segmento pessoa física cresceram 1,1% em dezembro ante novembro, totalizando R\$ 534,374 bilhões, de acordo com o Banco Central. Segundo o BC, R\$ 65,556 bilhões se referem a empréstimos a taxas de mercado e R\$ 468,818 bilhões a taxas reguladas. O BC não incorpora nestes dados as operações com crédito livre, por serem residuais. No acumulado de 2016, o crédito para habitação no segmento de pessoa física registrou alta de 7,0%.

As operações a taxas de mercado caíram 0,2% no mês e avançaram 1,6% em 2016. Já os financiamentos a taxas reguladas avançaram 1,3% ante o mês anterior e 7,7% em 2016.

Setores

Houve variação de novembro para dezembro do estoque de crédito nos três setores de atividade: agropecuária, indústria e serviços. O crédito total caiu 0,5% na margem, para R\$ 1,545 trilhão.

A agropecuária avançou 2,1%, a indústria teve queda de 1,7% e os serviços tiveram alta de 0,7%. No crédito para pessoa jurídica com sede no exterior e créditos não classificados (outros), a baixa foi de 2,3%.

Em 2016 ante o ano anterior, houve baixa de 8,1% em serviços; queda de 10,3% na indústria; e recuo de 3,4% em agropecuária.

O crédito para o setor de serviços ficou em R\$ 740,905 bilhões em dezembro. Dentro desse setor, o comércio apresentou alta de 2,8% (R\$ 274,524 bilhões) no mês passado.

Em transporte, houve queda de 4,0%, para R\$ 140,603 bilhões. Na administração pública, a alta foi de 0,5%, para R\$ 128,539 bilhões. A categoria "outros" apresentou alta de 1,6%, de R\$ 197,239 bilhões.

Para a indústria, o crédito recuou na margem para R\$ 747,238 bilhões. Na construção, houve queda de 5,1% no mês passado, para R\$ 100,804 bilhões. A indústria de transformação cedeu 2,3%, para R\$ 410,587 bilhões.

Já os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) tiveram aumento de 1,2% no mês passado, em R\$ 204,169 bilhões. No caso da extrativa, houve uma queda de 0,3% em dezembro, para R\$ 31,677 bilhões.

Para o setor agropecuário, a alta foi de 2,1% em dezembro ante novembro, para R\$ 24,384 bilhões.

Inadimplência

A taxa de inadimplência no crédito livre ficou em 5,7% em dezembro, ante 5,8% em novembro, informou o Banco Central. Em dezembro de 2015, a taxa estava em 5,3%. Para pessoa física, a taxa de inadimplência ficou em 6,0% em dezembro, ante 6,1% em novembro e 6,2% em dezembro de 2015. Para as empresas, ficou em 5,2%, ante 5,4% do mês anterior e 4,5% de um ano antes.

A inadimplência do crédito direcionado caiu de 1,9% em novembro para 1,8% em dezembro. O dado que considera crédito livre mais direcionado mostra inadimplência de 3,7% em dezembro, ante 3,8% em novembro. Um ano antes, a taxa estava em 3,4%.

No cheque especial, o volume de calotes atingiu 17,4% em dezembro, ante 15,3% em novembro. No último mês de 2015, estava em 18,1%.

No caso de aquisição de veículos, o volume de calotes atingiu 4,6% em dezembro, ante 4,7% em novembro. Em dezembro de 2015, estava em 4,2%. Já no cartão de crédito, ficou em 7,7%, ante 7,8% de novembro e 8,1% de dezembro de 2015.

Endividamento das famílias

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro passou de 42,5% em outubro para 42,4% em novembro, conforme dados divulgados pelo Banco Central.

A instituição começou a fazer o levantamento em janeiro de 2005 e o retrato sobre o nível de dívidas brasileiras passou a ser incorporado na nota de crédito pelo BC em agosto de 2015.

O cálculo do BC leva em conta o total das dívidas dividido pela renda no período de 12 meses e incorpora os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) contínua e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE.

Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento apresentou uma baixa em novembro, ficando em 23,9% da renda anual. Em outubro, estava em 24,0%.

Ainda segundo o BC, o comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em 22,0% em novembro, ante 22,2% em outubro. Descontados os empréstimos imobiliários, o comprometimento da renda foi de 19,7% para 19,5%.

Valor médio das aposentadorias pagas em 2016 foi de R\$ 1.283,93

27/01/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Quase 70% dos benefícios pagos pelo INSS têm valor de até um salário mínimo, que no ano passado foi de R\$ 880



Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

O valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência Social em 2016 ficou em R\$ 1.283,93, segundo dados da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. O valor é 2,3% maior do que o registrado em 2015 (R\$ 1.255,09, no valor já atualizado pela inflação).

Segundo a secretaria, 68,6% dos benefícios pagos pelo INSS têm valor de até um salário mínimo, que no ano passado foi de R\$ 880,00. Isso representa um contingente de 23,1 milhões de beneficiários, entre urbanos, rurais e assistenciais.

Pelos dados desagregados, 22,4 milhões (66,2%) receberam exatamente um salário mínimo, enquanto 778,4 mil pessoas (2,3%) ganharam menos que isso. Neste caso, a maior parte é de beneficiários da Previdência urbana.

Há ainda 15,5% que recebiam entre 1 e 2 salários mínimos, outros 8% que ganhavam entre 2 e 3 salários mínimos, e 5% que recebiam entre 3 e 4 salários mínimos.

Reforma

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, disse nesta quinta que "ficaria satisfeito" se a reforma nas regras de aposentadoria no Brasil fosse aprovada no Congresso Nacional até o terceiro trimestre deste ano. A indicação do

secretário demonstra menos otimismo que o Palácio do Planalto, que projeta aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados no início de abril e votação no plenário do Senado ainda no mês de maio.

Publicamente, integrantes do governo e do Congresso também vinham falando em aprovação da reforma no primeiro semestre deste ano. Caetano, porém, destacou que não estava fazendo estimativas, mas sim demonstrando um sentimento pessoal em relação à votação. O secretário disse ainda que a velocidade de apreciação da proposta dependerá dos próprios parlamentares.

“O Congresso tem soberania para indicar a velocidade da reforma e o que se altera ou deixa de alterar. Vamos formar um diálogo, ver o que se mantém, mas o intuito é aprovar a proposta do jeito que ela foi encaminhada”, disse Caetano. “Ficaria satisfeito se a gente conseguisse ter reforma aprovada até 3º trimestre deste ano.”

O governo encaminhou no fim do ano passado uma proposta que prevê idade mínima de 65 anos para todos os trabalhadores e uma regra de transição para aqueles que já têm mais de 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres). Para esse grupo, não será preciso cumprir a idade mínima, mas o tempo que falta para a aposentadoria receberá um adicional de 50%, numa espécie de pedágio para obter o benefício.

O tempo mínimo de serviço, por sua vez, subirá de 15 anos para 25 anos. A fórmula de cálculo do benefício também muda: partindo de uma base de 51% do salário médio de contribuição, o trabalhador conquistará um ponto porcentual a cada ano de contribuição à Previdência.

Ou seja, para obter o benefício integral, serão necessários 49 anos de contribuição. O valor não poderá ser menor do que um salário mínimo e tampouco poderá superar o teto do INSS, atualizado neste ano para R\$ 5.531,31.

A proposta de reforma da Previdência ainda coloca sob as mesmas regras os funcionários públicos e os políticos. Os servidores, no entanto, têm regras diferenciadas na questão da remuneração. Quem ingressou na carreira antes da criação do Fundo de Previdência complementar dos servidores públicos, o Funpresp, permanece com o direito a se aposentar com a remuneração integral, mesmo que acima do teto do INSS.

A aposentadoria dos militares, que ficaram de fora do texto da reforma encaminhado no fim do ano passado, deve ser alterada por meio de projeto de lei a ser apresentado ainda no primeiro semestre de 2017. Esse projeto de lei, segundo o secretário, está a cargo do Ministério da Defesa - o que não configura conflito de interesses, garantiu Caetano. Segundo ele, depois de concluído o texto, haverá uma “posição de governo” sobre a questão.

Uma das mudanças para a aposentadoria de militares deve ser a criação de um teto para os benefícios da categoria. Embora haja resistências por parte dos militares, a intenção do governo federal é que esse teto seja o mesmo do INSS, como adiantou o Broadcast. O secretário, no entanto, preferiu não comentar as possíveis alterações alegando que a Defesa está tocando as discussões.

Efeitos do desemprego

A desaceleração da economia e o encolhimento do mercado de trabalho contribuíram fortemente para a ampliação do déficit do INSS em 2016, afirmou Caetano. “O déficit cresceu em 2016 por questões conjunturais e estruturais. Mas se existe momento de baixa geração de emprego, e a arrecadação é muito pautada pela folha, é natural que o déficit aumente”, disse.

Na conta de fatores estruturais, o secretário mencionou o envelhecimento da população, que é contínuo e tem ocorrido de forma acelerada - tanto que mesmo o

resultado da Previdência urbana, que ficaram no azul entre 2009 e 2015, tendem a ficar deficitárias. Mas, segundo ele, no ano passado a questão conjuntural foi mais forte.

As receitas previdenciárias cresceram 2,2% em termos nominais para R\$ 358,137 bilhões (5,8% do PIB). Enquanto isso, as despesas avançaram 16,5%, para R\$ 507,871 bilhões (8,2% do PIB).

Segundo Caetano, o objetivo da reforma da Previdência não é eliminar com o déficit, mas evitar a continuidade do crescimento das despesas da área em relação ao PIB. "O intuito da reforma não é acabar com o déficit, mas poder ter trajetória da despesa previdenciária como proporção do PIB mais estável, em torno de 8%", disse.

Para este ano, a previsão é de que o déficit do INSS fique em R\$ 181,2 bilhões. Mas o secretário afirmou que é normal haver revisões ao longo do ano, conforme há mais informações disponíveis sobre o desempenho da arrecadação. "Como ainda está no início do ano, é normal que haja revisões", afirmou.

Técnicos avaliam que a estimativa de déficit de R\$ 181,2 bilhões, por ser apenas uma projeção, é a menos precisa e pode aumentar conforme a obtenção de informações sobre o mercado de trabalho e a atividade. Economistas, por sua vez, têm avaliado que o desemprego ainda deve aumentar ao longo deste ano.

Artigo: Sem simplificação tributária, economia não crescerá com vigor

27/01/2017 – Fonte: Folha de São Paulo



A intenção do governo de apoiar o movimento no Congresso para desatolar a reforma tributária, conforme anunciado pelo presidente Michel Temer, traz alento cauteloso à economia.

Nas últimas décadas, promessas de desembaraçar o nó tributário fracassaram por não conciliar os interesses envolvidos na partilha da arrecadação entre os entes federativos e do ônus tributário entre os contribuintes.

A demora em equacionar o problema só acentua a sua urgência, conferindo-lhe legitimidade para "furar a fila" das reformas, uma vez aprovada a PEC do Teto e já encaminhada a revisão das regras da previdência.

A evolução da agenda tributária será decisiva para a retomada do PIB, pois ajudará a impulsionar o investimento, tanto de empresas já consolidadas como de empreendedores que aguardam um horizonte para levar adiante seus projetos.

Sem me estender quanto ao conteúdo, a proposta discutida na Câmara toca no ponto nevrálgico de qualquer reforma que pretenda provocar um efeito virtuoso: simplificação e unificação dos impostos indiretos, como ICMS, IPI, PIS e Cofins.

Do jeito atual, o cruzamento de impostos, alíquotas, bases tributáveis e regimes diferenciados gera uma teia enigmática, complexa e cara para as empresas. Recorro ao setor de cosméticos, em que atuo há décadas, para ilustrar o caos tributário.

O PIS/Cofins possui dois regimes, dependendo do produto. Num regime, o tributo é recolhido em todas as etapas da cadeia de produção e vendas. No outro, incide apenas na etapa de fabricação.

Outro tributo importante, o IPI tem alíquotas que vão de zero a 42%, sem justificativa técnica para tal dispersão, e duas bases de cálculo conforme o regime atribuído ao produto.

Já o ICMS, cuja apuração se baseia em variáveis como o Estado de destino e de origem e é regido por 27 legislações, uma para cada unidade da Federação, é mais assunto para a ciência das patologias mentais do que para a economia.

Mais: o regime da substituição tributária, exigida para o último elo da cadeia produtiva, é regulado por regimes especiais entre a empresa e cada fisco estadual, que determina de modo arbitrário a margem da operação e, portanto, a base de cálculo do ICMS.

Chega-se ao absurdo de um mesmo produto ter carga tributária diferente a depender do modelo escolhido para sua distribuição. Ou seja, há tratamento fiscal desigual para mercadoria absolutamente idêntica.

Resumo: todas as combinações possíveis geram para a Natura, da qual sou conselheiro, 9.450 diferentes regras para pagamento de suas obrigações fiscais. E há exemplos mais graves em outros setores.

A complexidade tributária estabeleceu uma espécie de darwinismo no universo empresarial, vitimando, sobretudo, organizações ainda sem fôlego para arcar com as obrigações exigidas pela legislação.

Inicia-se, assim, um círculo vicioso. Para compensar os estragos do emaranhado de impostos, criam-se paliativos, que por sua vez geram novas distorções e agravam a irracionalidade do sistema, com elevado custo fiscal. O Simples é um exemplo. Este caos lembra o "Samba do Crioulo Doido", de Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo do grande jornalista Sérgio Porto).

Medidas simplificadoras, como redução no número de alíquotas e sua uniformização, são possíveis e poderiam ser agilizadas. A tecnologia disponível permite iniciativas como essas sem prejuízo à arrecadação.

Isso facilitaria a vida dos contribuintes, reduziria os contenciosos judiciais e traria ânimo e segurança aos investimentos. Afinal, ninguém supõe que a burocracia e os políticos sintam prazer em atazanar a vida dos brasileiros. Ou não?

(Pedro Luiz Passos- É empresário e conselheiro da Natura).

Debata sobre reforma da Previdência na OAB tem clima tenso

27/01/2017 – Fonte: Folha de São Paulo



Críticos da reforma da Previdência e representante do governo trocaram acusações na audiência pública sobre o projeto na sede paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) nesta quinta (26).

"Não existe nada mais inconstitucional do que uma idade mínima", disse o presidente da comissão especial de direito previdenciário do conselho federal da OAB, Chico Couto de Noronha Pessoa.

"Governo, me prove que um trabalhador rural do Piauí vai conseguir gozar da aposentadoria", afirmou. Uma das críticas à idade mínima de 65 anos proposta pelo governo é que em muitas regiões do país a expectativa de vida é próxima ou mesmo inferior a esse número.

Noronha Pessoa também questionou a existência de um deficit, o principal argumento para justificar a necessidade de reforma, e disse que "fazer com que ninguém entenda [o rombo] é uma estratégia do governo".

Conforme a **Folha** antecipou, o governo federal anunciou nesta quinta-feira (26) que o deficit do INSS ficou em R\$ 149,7 bilhões em 2016.

Coube ao advogado Bruno Bianco Leal, assessor especial da Casa Civil, a defesa do governo. Ele se disse feliz em exercer esse papel e "confiar bastante na constitucionalidade" da proposta.

Falando de modo rápido, o assessor afirmou que a controvérsia em torno do projeto é um problema de "umbigo": é preciso entender que essa discussão vai além de questões pessoais, disse. "Esse regime não é de capitalização para você."

Ele também classificou como "mentira" a crítica de que o governo estaria obrigando a população a trabalhar 49 anos para conseguir aposentar-se com o teto do benefício.

Caso as novas regras sejam aprovadas, serão necessários 49 anos de contribuição para alcançar 100% do valor da aposentadoria paga pelo INSS.

"Não quero ser agressivo, estamos em um ambiente democrático. Quando eu digo que é mentira, não quero ofender ninguém", emendou. "Peço que tratem essa discussão de forma técnica."

"Eu não culpo o Bruno, ele é um assessor. Cadê o Marcelo Caetano [secretário da Previdência Social]?", questionou o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), membro de comissão especial da Câmara sobre Previdência.

Ele chamou de propaganda enganosa o argumento do governo de que existe um rombo na Previdência, seguido de aplausos do salão da entidade lotado.

"A reforma é para acabar com direitos, sim", disse. Para o deputado, foi o próprio governo quem criou o problema de rombo ao dificultar o custeio do sistema via receitas obrigatórias.

O deputado federal Vinicius Carvalho (PRB-SP), membro da comissão responsável pela análise da proposta, defendeu o direito do governo de enviar uma proposta em seus termos, mas disse que não é por ser parte da base aliada que ele será "subserviente" ao Planalto.

"Jamais diria que vamos rejeitar o projeto de pronto sem antes discutir e exaurir todos os argumentos a favor e contra", afirmou.

Renúncia previdenciária representa 30% do deficit recorde do INSS

27/01/2017 – Fonte: Folha de São Paulo



As renúncias previdenciárias representaram quase 30% do rombo recorde de R\$ 149,7 bilhões nas contas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 2016. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (26) pelo secretário de Previdência, Marcelo Caetano.

O Regime Geral de Previdência Social deixou de arrecadar R\$ 43,4 bilhões com as renúncias previdenciárias no ano passado. Sem elas, o deficit do INSS teria sido de R\$ 106,3 bilhões.

O maior impacto, de R\$ 23,2 bilhões, vem do Simples Nacional, no qual as micro e pequenas empresas recolhem em documento único vários tributos, entre eles contribuição patronal previdenciária. Os percentuais dependem do tipo de atividade e da receita bruta.

A segunda maior renúncia, de R\$ 11 bilhões, é das entidades filantrópicas, que são as instituições sem fins lucrativos que prestam serviços gratuitos de assistência social, saúde ou educação e estão isentas da contribuição, como escolas e universidades religiosas.

Também há renúncia para o MEI (Microempreendedor Individual), de R\$ 1,4 bilhão, que tem alíquota de contribuição de 5%, e para a exportação da produção rural, de R\$ 7,2 bilhões. Atualmente, não incide contribuição previdenciária sobre receitas decorrentes de exportação do agronegócio.

Na proposta de reforma da Previdência, o governo acaba com essa vantagem para a exportação. Os outros pontos não são mencionados no texto enviado ao Congresso Nacional, mas deputados já se articulam para acabar com a isenção para as entidades filantrópicas, conforme mostrou a Folha.

Caetano evitou dizer se a Secretaria de Previdência defende o fim das renúncias previdenciárias ou a revisão de regras. "Terá que ter no âmbito do Congresso uma discussão", afirmou.

Para 2017, a expectativa é que as isenções alcancem uma renúncia de R\$ 62,5 bilhões.

RESULTADO

O deficit do INSS ficou em R\$ 149,7 bilhões em 2016, o pior resultado desde o início da série histórica, em 1995. O valor ficou 74,5% acima do resultado de 2015, que ficou negativo em R\$ 85,8 bilhões.

No lado das despesas, o envelhecimento da população pressiona a quantidade de benefícios a serem pagos. Do lado das receitas, com a economia fraca e o mau desempenho do mercado de trabalho, a arrecadação previdenciária não cresce em volume suficiente.

"Se existe momento de baixa geração emprego, o deficit tende a crescer com isso", afirmou Caetano.

O deficit do INSS em 2016 representa 2,4% do PIB (Produto Interno Bruto), resultado de despesas no patamar de 8,2% e de receitas em 5,8%. Marcelo Caetano afirmou que, se a reforma da Previdência for capaz de estabilizar as despesas em cerca de 8% do PIB, é um resultado razoável. O secretário disse, ainda, que espera a aprovação da PEC da Previdência pelo Congresso Nacional até setembro.

O governo projetava um deficit do INSS de R\$ 151,9 bilhões para 2016, segundo o último relatório de avaliação de receitas e despesas, referente ao 5º bimestre do ano passado.

A Previdência deve ser responsável por cerca de 90% do deficit total nas contas do governo federal em 2016, cujo resultado será anunciado na próxima segunda-feira (30). Na última avaliação, feita em dezembro, o governo projetava um rombo total de R\$ 167,7 bilhões, que inclui, além do INSS, o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Conforme antecipou a **Folha**, a Previdência urbana apresentou um deficit de R\$ 46,3 bilhões, depois de sete anos com resultado positivo. A Previdência rural registrou um saldo negativo de R\$ 103,4 bilhões.

A área urbana foi deficitária de 1985 até 2008. A partir de 2009, o aumento do emprego com carteira assinada contribuiu para acabar com o deficit. Os bons resultados na área urbana ajudaram a segurar o crescimento do deficit da Previdência nos últimos anos.

Trabalhadores do transporte coletivo querem 15% de reajuste

27/01/2017 – Fonte: CBN Curitiba



Os motoristas e cobradores de ônibus de Curitiba e região querem 15% de reajuste nos salários.

A pauta foi apresentada ao sindicato patronal nesta quarta-feira, uma semana antes da data-base dos trabalhadores que é o 1º de fevereiro.

O índice é bem superior à inflação projetada, que deve alcançar os 7%.

Segundo o presidente do Sindimoc, Anderson Teixeira, o valor foi calculado de modo a recuperar perdas que vem se acumulando nas últimas campanhas salariais, quando os reajustes concedidos aos trabalhadores do transporte coletivo ficaram aquém de recuperar as perdas inflacionárias.

Ainda na parte econômica, o sindicato dos motoristas e cobradores incluiu na pauta de reivindicações uma equiparação de valores creditados no cartão alimentação com aquele que é recebido pelo pessoal administrativo

Outros itens têm relação com estrutura e ainda com a jornada de trabalho.

O Sindicato das Empresas informou que recebeu no final da tarde de ontem a pauta completa, que tem 79 itens e que começou a fazer a análise das reivindicações. O Setransp deve se posicionar apenas no início da semana que vem.

A Urbs historicamente acompanha as negociações, mas até o momento não se posicionou.

A expectativa com relação ao reajuste a ser concedido à categoria tem base, é claro, no peso que ele tem na passagem paga pelos usuários. Isso porque a folha de motoristas e cobradores representa quase metade da composição tarifária.

Vale lembrar que além da data-base dos trabalhadores, fevereiro também é mês de reajuste da tarifa técnica, aquela repassada as empresas, que vem insistindo em cobrar mudanças no cálculo ou uma reestruturação, para evitar defasagem. Conforme o Setransp o sistema opera no vermelho porque a previsão de passageiros não se concretiza.

Copel bate recorde de geração de energia pelo terceiro ano

27/01/2017 – Fonte: CBN Curitiba



A Copel bateu recorde de geração de energia em 2016. As sete maiores usinas operadas pela Companhia - localizadas nos rios Iguazu, Jordão, Capivari e Tibagi - produziram no último ano 29.656.104 MWh (Megawatt-hora), o que representou 6,3% a mais que a energia gerada em 2015.

É o terceiro ano consecutivo que a Copel supera suas marcas na produção de energia. Antes disto, o recorde anterior tinha sido registrado em 2011, quando as vazões afluentes foram muito elevadas na bacia do rio Iguazu.

Em 2014, a geração de energia superou em 0,4% a marca de 2011 e, desde lá, a empresa vem registrando recordes sucessivos. Em 2015, a geração foi 3,4% superior a 2014 e, em 2016, a produção de energia ficou 6,3% acima do ano anterior.

INDIVIDUAIS – No ano passado, três usinas bateram também os recordes individuais de geração. A usina hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) gerou 4,3% a mais do que no ano de 2011 (quando foi registrado seu maior recorde individual anterior). A usina Governador José Richa (Salto Caxias) ficou 3% acima do número de 2011. Já a usina Santa Clara superou sua marca anterior, que é de 2015, em 2,3%.

OTIMIZAR DISTRIBUIÇÃO - Diversos fatores influenciaram este recorde de produção de energia. Como o sistema elétrico brasileiro é interligado de Norte a Sul do País, é preciso levar em conta a demanda por eletricidade e a situação dos reservatórios em todo o território nacional.

A definição sobre quanta energia deve ser gerada em cada uma das hidrelétricas cabe ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que envia às concessionárias uma programação diária de operação e determina os intercâmbios de energia entre as regiões do país.

No caso da Copel, o bom desempenho deve-se especialmente a um processo desenvolvido internamente para otimizar a distribuição da geração de energia demandada à empresa para cada uma das usinas. "Graças a esse avanço na gestão

da alocação da produção de energia entre as usinas do nosso parque gerador e da operação das nossas unidades geradoras próximas do ponto de maior rendimento de cada uma delas, conseguimos apresentar ao ONS alternativas para maximizar a geração, mesmo registrando vazões menores que as dos anos anteriores. Com isso, contribuímos para o equilíbrio e o bom desempenho do Sistema Interligado Nacional”, afirma o diretor presidente da Copel Geração e Transmissão, Sergio Luiz Lamy.

Esse direcionamento vem ajudando, também, a evitar o desperdício de potencial energético no Estado, ao reduzir a necessidade de abertura de comportas nas usinas.

“Para o setor elétrico, abrir vertedouros significa jogar energia e dinheiro fora. Com o processo otimizado adotado pela Copel, é possível diminuir essas perdas, com uma coordenação hidráulica mais precisa – especialmente na bacia do rio Iguaçu”, explica o engenheiro Leandro Nacif, que atua no Planejamento e Estudos Eletroenergéticos da Copel GeT.

Outro item a ser considerado na análise do resultado positivo é a disponibilidade das unidades geradoras. As usinas precisam estar sempre em boas condições de manutenção e prontas para operar quando demandadas pelo ONS.

MAIS QUE ENERGIA - O alto desempenho das usinas da Copel gera benefícios que vão além da produção de energia e de significativos ganhos financeiros para a Companhia.

Pelas regras do setor, as concessionárias de energia devem pagar uma compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, equivalente a 7% da energia produzida nas usinas. No caso das sete maiores usinas operadas pela Copel, a compensação paga em 2016 foi da ordem de R\$ 181 milhões.

Esse montante é rateado entre os municípios onde estão instaladas as usinas ou que têm áreas alagadas pelos reservatórios, o Estado do Paraná, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas.

ANP tira bloco Rio Doce da 4ª rodada

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias



Em função do vazamento de rejeitos da Samarco e do projeto de criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retirou o bloco Rio Doce da 4ª Rodada de Acumulações Marginais.

A área está localizada no distrito de Povoação, no município de Linhares (ES), atingido pela lama. O pedido de exclusão partiu do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), formado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ibama e ICMBio.

A exclusão da área foi informada em seminário jurídico e fiscal realizado nesta quinta-feira (26), na sede da agência reguladora, no Rio de Janeiro. A taxa de participação será devolvida, corrigida pela Selic, paga por investidores que demonstraram intenção de concorrência.

O bloco Rio Doce está localizado em terra, próximo ao campo de futebol local, e possui poços perfurados a partir de 1980. A ANP informou ainda que "a área está inserida no Mosaico da Foz do Rio Doce, que é formado por unidades de conservação. Os poços, em sua grande maioria, encontram-se em áreas de fácil acesso e próximas de residências".

Um grupo de trabalho de órgãos ambientais havia pedido que a agência também retirasse da rodada o bloco de Itaparica, localizado a 16 quilômetros de Salvador (BA), na Bacia do Recôncavo, considerado de alta sensibilidade ambiental. Mas, por ser uma das ofertas mais nobres do leilão, a ANP entrou em contato com os órgãos ambientais e pediu a sua inclusão, que foi concedida.

Em relatório no qual ressalta a sensibilidade de cada poço existente no bloco, o órgão ambiental local, o Inema, fez uma série de ressalvas que devem ser consideradas para que o investidor consiga o licenciamento. Segundo o Inema, a área está inserida "em zona de prioridade extremamente alta para conservação."

Facilidades

Durante o seminário, a ANP apresentou ainda uma mudança nas condições do leilão, em comparação com rodadas anteriores de blocos marginais. A garantia a ser apresentada pelos candidatos à concessão será equivalente a 30% do programa de trabalho inicial (PTI). No pré-edital, a garantia foi estipulada em 100% do PTI. As garantias são acionadas quando o investidor desiste do projeto no meio do caminho, o que passa a custar menos com a mudança.

Microgeração dispara com painel solar

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias

O número de instalações de microgeração de energia implementadas por consumidores no País disparou em 2016, para 7,6 mil ligações em janeiro, informou nesta quinta-feira (26) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A agência destacou que cerca de 7,5 mil dessas unidades são abastecidas por energia solar. O número representa avanço de mais de 300% ante as cerca de 1,8 mil instalações de microgeração no final de 2015, quando foram alteradas regras para incentivar os consumidores a investir na solução, que geralmente envolve a instalação de painéis solares em telhados de residências, comércios ou indústrias.

Os dispositivos já instalados até o momento representam 75 megawatts em potência instalada, o que segundo a agência reguladora é suficiente para abastecer 60 mil residências.

Artigo: A seta do desenvolvimento

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias

Os ares do mundo estão carregados de riscos e incertezas, mas algumas linhas de visibilidade atravessam a neblina que recobre mercados e nações desde 2008. O caldeirão da América Latina e Caribe desponta em muitas análises como um dos elos mais vulneráveis desse lusco-fusco por conta da forte dependência em relação ao ciclo anterior de valorização das matérias-primas.

De fato, o saldo do comércio latino-americano de alimentos saltou de menos de US\$ 20 bilhões em 2002 para US\$ 120 bilhões em 2014. Em 2016, porém, pelo quinto ano consecutivo, o Índice de Preços Alimentares da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) caiu.

Desta vez 1,5% em relação ao índice de 2015. A ligeira reação observada em dezembro esbarra na onda global de protecionismo que ameaça estender a 2017 a

anemia do comércio internacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC) calcula que ele crescerá entre 1,8% e 3%, abaixo da previsão para o PIB global (3,3%), subvertendo mais uma vez o padrão de quase uma década e meia em que o motor das trocas puxou o da produção.

Até que ponto - e como - a América Latina e o Caribe poderão preservar e ampliar as conquistas sociais favorecidas pelo ciclo das commodities? A incógnita lateja em uma agenda política marcada por eleições presidenciais em 2017 no Equador, Chile e Honduras; e em 2018, no Brasil, Colômbia, Venezuela e Paraguai.

Não é pouco o que está em jogo. Desde 2002, 58 milhões de latino-americanos e caribenhos ultrapassaram o limiar da pobreza, 28 milhões superaram a miséria, cerca de 23 milhões deixaram a servidão da fome. A região foi a primeira a atingir a meta da Cúpula Mundial de Alimentação de reduzir à metade o número de pessoas subalimentadas entre 1990 e 2015.

A fila de espera da cidadania, porém, estancou em 2012. Cerca de 167 milhões de pessoas, 28% da região, equivalente a uma Alemanha, França, Portugal e Grécia juntas, seguem vivendo abaixo da linha da pobreza; 29 milhões de latino-americanos e caribenhos padecem no limbo da fome ou da desnutrição.

A essa pendência veio se somar a má nutrição com efeito invertido: com exceção do Haiti, todos os demais países da região tem hoje 50% ou mais da população adulta com sobrepeso, sendo 23% obesa. Quem acha que é pouco para alterar a seta do desenvolvimento deve lembrar que há dois exércitos poderosos por trás dessa trama. Os 58 milhões que saíram da pobreza e não querem retroceder.

E os 167 milhões que continuam à espera da cidadania e estão aptos a votar O novo cenário encerra um teste ampliado de resiliência e renovação do modelo inclusivo da última década. Quem atribuía exclusivamente às cotações de Chicago os avanços acumulados desde então, sente-se agora tentado a vaticinar o seu oposto.

Talvez subestime aquela que é a grande novidade do período, capaz de resistir à recidiva da fome incorporando a exigência sustentável do desenvolvimento no século XXI. O escopo da novidade é a teia institucional de programas, políticas, frentes parlamentares e marcos legais da luta contra a fome e a pobreza disseminados em toda a região.

A V Cúpula de chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), realizada agora em janeiro, é um marco no amadurecimento político e organizativo dessa capilaridade. Chegou a hora de colocar esse arco institucional a serviço da seta do desenvolvimento.

O Plano da Celac de Segurança Alimentar, Nutricional e Erradicação da Fome 2025, elaborado pela FAO com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pela Associação Latino-americana de integração (Aladi), dá coerência a esse impulso de cooperação. O que ele reflete não é apenas a determinação de erradicar a fome na região (cinco anos antes do prazo da Agenda 2030), mas de fazê-lo a partir de uma visão realista que exige a incorporação da sustentabilidade.

Há razões objetivas nessa premissa. Metade da fome regional concentra-se no campo. Mais precisamente em 16 milhões de propriedades familiares que formam um dos elos mais vulneráveis às mudanças climáticas em curso no planeta. O Índice de Risco Climático do Banco Mundial elenca dez países do mundo mais atingidos por eventos graves entre 1996-2015. Quatro estão aqui: Honduras, Haiti, Nicarágua e Guatemala; juntos, somam mais de 800 mortos e 300 ocorrências no período.

Cooperação, justiça fiscal, resiliência e adaptação são as chaves dessa travessia. Quem acha que é pouco para alterar a seta do desenvolvimento não pode esquecer: há dois

exércitos poderosos por trás dessa trama. Os 58 milhões que saíram da pobreza não querem retroceder. E os 167 milhões que continuam na fila de espera da cidadania estão aptos a votar. José Graziano da Silva é diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

(José Francisco Graziano da Silva é um agrônomo, professor e escritor brasileiro nascido nos Estados Unidos).

Construção elimina empregos

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias

Confirmando tendência verificada em 10 dos 12 meses de 2016, o nível de emprego da Construção Pesada no Estado de São Paulo registrou em dezembro de 2016 o fechamento de 3.875 postos de trabalho.

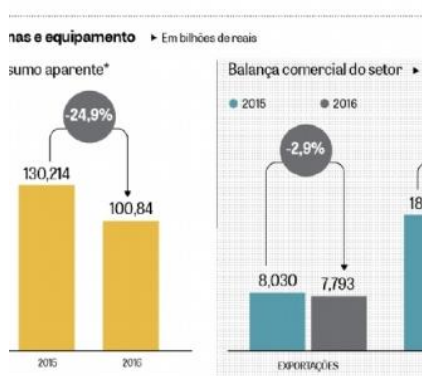
Os dados são do sindicato do setor, Sincesp. A diminuição significou uma variação negativa de 4,23% para o último mês do ano. Para todo o período de 2016 a retração registrada foi de 12,48%.

Em dezembro de 2015 havia o registro de 100.138 ocupações ativas. Já em dezembro de 2016, o número apontado foi de 87.649, o que corresponde a perda de 12.489 vagas no setor em apenas um ano.

No último quadrimestre do ano (de setembro a dezembro) houve uma aceleração no ritmo de perda de vagas, com um total de 9.600 postos de trabalho encerrados. Segundo o levantamento, durante os primeiros três meses de 2016, não houve queda do nível de emprego na construção pesada, entretanto o crescimento não foi significativo, com um saldo positivo de apenas 1.550 postos de trabalho.

Indústria de máquinas deve continuar em crise apesar de retomada gradual

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias



Mesmo com um crescimento previsto de 5% para o faturamento em 2017, a indústria de máquinas e equipamentos não deve recuperar o mercado perdido nos últimos anos. A perspectiva para o setor ainda é de pessimismo.

"No melhor dos cenários, a expectativa é de um crescimento muito baixo da formação bruta de capital fixo", afirma o economista da Pezco Microanalysis, João Costa.

O setor de bens de capital mecânicos é um importante termômetro para o investimento, uma vez que responde pela venda de máquinas para a produção industrial.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchesan, a situação econômica no Brasil é de

calamidade. "Como é que os empresários vão investir se as indústrias estão anêmicas?", indagou o dirigente.

A entidade informou nesta quinta-feira (26) que, em 2016, o setor faturou R\$ 66,2 bilhões, queda de 24,3% em relação ao ano anterior. Na comparação com 2012, último ano de crescimento do setor, essa cifra é 50% menor. "Acreditamos que a indústria de máquinas vai crescer em 2017, mas sobre uma base extremamente fraca", pondera o presidente executivo da entidade, José Velloso.

Na visão do economista da Pezco, é difícil vislumbrar um cenário de retomada consistente da produção industrial. "O fundo do poço não chega."

Costa considera que, na projeção mais otimista possível, a produção industrial não deve crescer mais do que 2% neste ano, no Brasil. "Nem de longe esse resultado recupera as sucessivas quedas dos últimos dez trimestres", destaca.

Ele salienta que a recuperação da indústria de máquinas deve demorar. "A retomada pode ocorrer só em 2019, após as eleições presidenciais."

Desempenho setorial

A indústria de máquinas e equipamentos encerrou 2016 com um nível de utilização da capacidade instalada de 66,4%, queda de 2,1 pontos percentuais em relação à média de 2015. Já a carteira de pedidos é uma das mais baixas da série histórica, de 2,6 meses.

"A situação continua muito difícil, embora tenhamos esperança que 2017 vai ser melhor", comenta Marchesan.

A Abimaq condiciona uma retomada consistente da demanda do setor a uma redução da taxa básica de juros (Selic). "Hoje, a inflação está controlada, mas o juro real continua muito alto. Não há como atrair o investimento para o setor produtivo", acredita Velloso.

Segundo ele, o melhor desempenho neste ano deve vir de agronegócios. "O crescimento em máquinas agrícolas deve ser de 15%". Ele destaca, porém, que segmentos como petróleo e gás, infraestrutura, mineração e sucroalcooleiro continuam muito ruins, apesar das perspectivas de parcerias público-privadas.

"Mesmo que decolem, essas parcerias ainda levarão um tempo considerável para se reverter em pedidos à nossa indústria", diz Velloso.

O único indicador que apresentou retração mais branda no setor foi o de exportações. Em 2016, as vendas de máquinas ao exterior alcançaram US\$ 7,7 bilhões, queda de 2,9% em relação ao ano anterior.

"Em 2016, mais de 800 associadas exportaram. Nenhum setor tem esse desempenho", garante Velloso. Apesar de alegar competitividade para exportar, a entidade defende isonomia interna. "Não estamos preocupados com o [Donald] Trump, mas sim com o Brasil", diz Marchesan.

Confiança do comércio reage em janeiro, diz FGV

27/01/2017 – Fonte: GS Notícias

A confiança dos empresários do comércio teve pequena alta em janeiro, de acordo com sondagem mensal realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Confiança (Icom), síntese da pesquisa, subiu 0,6 ponto e chegou a 78,9 pontos neste mês, o maior nível desde outubro.

Na média móvel trimestral o índice cai 0,3 ponto. Na comparação com janeiro de 2016 houve alta de 9,5 pontos. A perspectiva de juros menos elevados deve manter a confiança dos varejistas em alta no ano, diz o superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), Aloisio Campelo.

Para ele, caso não ocorra nenhum choque inesperado na economia e mantidas as atuais condições, com possibilidade adicional de inflação menos pressionada, é possível que o indicador continue a subir e de forma mais intensa do que a elevação observada entre dezembro e janeiro.

A alta da confiança ocorreu em dez dos 13 principais segmentos pesquisados. O aumento se deve à melhora do Índice de Situação Atual (ISA), que subiu 1,2 ponto, alcançando 68,8 pontos.

O Índice de Expectativas (IE) ficou estável (-0,1 ponto) em relação a dezembro, ao atingir 89,9 pontos. Ao ser questionado se a possível trajetória futura de elevação do indicador não poderia ser prejudicada por ausência de sinais de recuperação no mercado de trabalho, Campelo comentou que o empresariado do setor não efetua, de forma imediata, a conexão entre alta do desemprego e menor vigor nas vendas.

O economista explicou que o setor de comércio é mais "pulverizado" do que outros segmentos da economia. Outro aspecto mencionado por ele é o fato de que o indicador de confiança do comércio é relativamente "insensível" a acontecimentos problemáticos no noticiário político, como os da Operação Lava-Jato, por exemplo.

Notícias com potencial de instabilidade política, como a morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, citou, não têm muito impacto na confiança dos empresários varejistas, avaliou. Ele lembrou que o cenário de juros e de inflação para 2017 é muito mais favorável ao consumo.

Artigo: Robotização e desemprego

27/01/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A recessão em que mergulhou a economia parece haver despertado a atenção para o problema do emprego. Emprego, aliás, não é problema, mas desemprego o é, e de gravíssima gravidade, como diria Ruy Barbosa.

Exceção feita a um ou outro momento de crise, durante décadas o Brasil conheceu a euforia do crescimento, com elevada capacidade de geração de vagas de trabalho. Nesse sentido, observou Mário Henrique Simonsen:

"A feição mais surpreendente da inflação brasileira, no período pós-guerra, consiste na sua capacidade de ter coexistido, pelo menos até 1961, com uma elevada taxa de crescimento econômico. Com efeito, entre 1947 e 1961, não obstante a alta crônica dos preços, o produto real do País cresceu a uma taxa média de 5,8% ao ano – taxa das mais elevadas no cenário mundial do após-guerra. O produto real per capita expandiu-se, em média, de 3,0% ao ano – o que indiscutivelmente representa um ritmo de desenvolvimento econômico bastante satisfatório" (A Experiência Inflacionária no Brasil, Ed. Iepes).

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a implantação da indústria automotiva, a construção de Brasília, a expansão dos sistemas de comunicação, a geração e distribuição de energia elétrica dinamizaram o incipiente parque industrial, proporcionaram a criação de milhões de empregos diretos e indiretos e fortaleceram o mercado consumidor.

Apesar da inflação, que foi de 12% em 1956, alcançou 40% em 1959 e retrocedeu a 30% em 1961, o Brasil permaneceu firme na rota do crescimento, que passou a ter na indústria automotiva o melhor dos instrumentos de aferição.

Quem pesquisar os anuários editados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) constatará o rápido aumento do volume de veículos fabricados e do número de empregados a partir de 1957, quando 9.773 trabalhadores produziram o total de 30.542 automóveis, caminhonetes, caminhões e ônibus. Em 2007, passados 50 anos, a produção alcançou o número de 2.980.163 unidades e a quantidade de empregos diretos atingiu 104.274.

A Revolução Industrial do século 18 teve na expansão do proletariado uma das condições essenciais de sucesso. A constante evolução dos equipamentos mecânicos, para atender ao rápido crescimento da demanda, exigia, em quantidade sempre maior, a energia do trabalho humano.

Ao longo de décadas avaliava-se o sucesso do empreendimento pelo número de contratações. O setor têxtil, o primeiro a ser beneficiado com a invenção de máquinas revolucionárias, requeria elevado contingente de operários, operárias e aprendizes, submetidos a condições degradantes.

Decorrido pouco mais de um século, Valéry Giscard d'Estaing, presidente da França, percebeu que algo de inusitado ocorria no mundo industrial. Em dezembro de 1976, interessado em conhecer a nova realidade, ordenou ao inspetor-geral das Finanças, Simon Nora, a apresentação de relatório sobre o que denominou informatização da sociedade.

No ofício que lhe endereçou, escreveu: "O desenvolvimento das aplicações da informática é um fator de transformação econômica e social e do modo de vida; convém que a nossa sociedade esteja em condições, ao mesmo tempo, de o promover e de o controlar para colocá-lo a serviço da democracia e do desenvolvimento humano".

O desemprego é fruto perverso de vários fatores. Não se trata, como poderia parecer, de filho exclusivo da recessão. Para ele contribuem, além da engenharia da informática, também conhecida como robotização, a globalização, o descalabro administrativo causado pela incompetência lulopetista e a arcaica, emaranhada e questionada legislação trabalhista, na qual incluo as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

A rápida automação responde por parte considerável do problema, pois o desemprego que causa é irreversível. Volto a me referir à indústria automotiva, que em 2016, com o mercado em queda livre, fabricou 2.157.379 veículos com 104.414 empregados, produzindo 20,67 veículos por empregado (em 2013 conseguiu 27,6). Dito de outra forma, com a robotização a indústria reduz trabalhadores para fabricar maior número de produtos.

Em entrevista ao Estadão (1.º/1/2017) o presidente da Volkswagen, David Powels, relatou que a empresa, "após ver sua participação no mercado despencar nos últimos anos", passou por "reestruturação dura, mas necessária". Em seguida, afirmou: "Hoje temos 18 mil trabalhadores (nas quatro fábricas). Há dois anos eram 22 mil. São 4 mil a menos, mas todos saíram por meio de programas de demissão incentivada".

Para ser competitiva a Volks não admitiu, como faria no passado, simplesmente dispensou. É o que hoje todos fazem: as empresas reduzem o número de assalariados para eliminar despesas obrigatórias como horas extras, INSS, FGTS e adicionais diversos, evitar ações trabalhistas, afastar greves, melhorar resultados de produtividade.

O desemprego tecnológico está em toda a economia: construção civil, sistema financeiro, indústrias de transformação. Adicionando-se à informatização a globalização e o indecifrável novelo trabalhista, descobrimos a fórmula infalível do fracasso.

Quem padeceu sob a inflação galopante não deseja revivê-la. Não é disso que falo, mas da necessidade de maior liberdade para que o mercado volte a funcionar. O intervencionismo excessivo é prejudicial para as relações de trabalho. Como está não podemos permanecer.

O desempregado não dispõe de recursos para esperar. O caminho para o revigoramento do mercado de trabalho passa pela reforma trabalhista. Não qualquer reforma, mas aquela que garanta segurança ao investidor.

(Almir Pazzianotto Pinto - Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho).

Brasil deverá ter tímida recuperação nos salários em 2017, diz pesquisa

27/01/2017 – Fonte: G1

Previsão de aumento real é de apenas 0,4% neste ano. Resultado é melhor do que em 2016, quando o índice registrou queda de 1,2%.

Os brasileiros não devem ter aumentos salariais significativos em 2017, com uma previsão de crescimento real de apenas 0,4%, segundo pesquisa da Korn Ferry, por meio da divisão Hay Group.

Apesar do resultado “tímido”, o índice do Brasil é melhor do que em 2016, quando houve uma redução de 1,2% nos salários reais. O índice brasileiro fica bem atrás da média global, que registra ganhos de 2,3% nos salários reais.

Segundo a pesquisa, ainda não é possível identificar a recuperação do poder de compra do trabalhador no Brasil. As razões são um mercado ainda em transição, a instabilidade econômica e política e também alta volatilidade da inflação.

A América Latina não apresentou bons resultados por causa da inconstante inflação na região (10,9%). O aumento real nos salários, de forma geral, deve ser em torno de 1,1%. O destaque negativo é a Argentina com redução em 12,5% nos salários reais.

No mundo

Na Ásia, os salários reais devem crescer 4,3%, valor mais alto do mundo e 0,1% maior que em relação ao ano passado. As maiores evoluções estão previstas para o Vietnã (7,2%), Tailândia (5,6%) e Indonésia (4,9%).

Os EUA experimentarão um crescimento real de 1,9% em 2017, 0,8% menor do que em 2016. “Esse decréscimo pode ser explicado pelo leve aumento da inflação no país, de 0,3%, em 2015, para 2,1%, em 2016”, explica Carlos Silva, diretor de análises da Korn Ferry Hay Group.

Na Europa a perspectiva ainda se mantém positiva e estável. A Europa Ocidental espera avanço real de salários de 1,7%, com destaque para a Bulgária, que deverá ter aumento real de 4,7%).

Já a Oriental apresentará um crescimento real de 2,1% em 2017, com destaque positivo para Romênia (aumento de 5,7%) e negativo para o Cazaquistão (com redução de 5,8%).

Os dados de salários foram desenhados a partir do banco de dados PayNet da Korn Ferry Hay Group, que contém os salários de mais de 20 milhões de colaboradores em mais de 25 mil organizações, em 110 países.

Número de empresas inadimplentes tem menor alta da história em 2016

27/01/2017 – Fonte: G1

Aumento foi de 5% no ano passado, segundo indicador do SPC Brasil e da CNDL.

O número de empresas inadimplentes cresceu 5,01% em 2016, depois de fechar 2015 com um aumento de 11,9%. A alta do ano passado foi a menor da série histórica do indicador calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) desde 2013.

Também aumentou a quantidade de dívidas em atraso em nome de pessoas jurídicas: 3,37% de 2015 para 2016. No entanto, a alta ficou abaixo da registrada de 2014 para 2015: 13,62%.

Na análise por regiões, a que mostrou o maior avanço do número de empresas inadimplentes em dezembro foi o Nordeste (6,96%). Na sequência, aparecem a Norte (6,45%), a Centro-Oeste (4,49%), a Sudeste (4,44%) e a região Sul (3,19%).

Para o presidente da CNDL, Honório Pinheiro, o cenário de negatização das empresas está desacelerando mesmo em um ambiente de crise econômica.

“Isso porque o movimento da inadimplência sofre a influência de dois vetores principais que atuam em direção oposta: o primeiro é redução da capacidade de pagamento das empresas, que tende a elevar o número de contas pendentes; o segundo é a restrição do crédito, que, ao reduzir o estoque de dívidas, limita também o crescimento da inadimplência”, explica por meio de nota.

América do Sul contribui para resultado negativo da Ford

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business

A **Ford** teve redução importante em seu resultado em 2016. A companhia registrou queda de 37,5% no lucro líquido ao longo do ano na comparação com 2015. Com isso, o montante caiu para US\$ 4,60 bilhões. A companhia aponta, no entanto, que a baixa já era esperada. A receita bruta cresceu no mesmo período e chegou a US\$ 151,80 bilhões. Deste valor, US\$ 141,56 bilhões foram gerados na divisão automotiva, enquanto a área financeira contribuiu com US\$ 10,25 bilhões.

O lucro operacional, aquele que inclui apenas o resultado da atividade principal, caiu 33,7%, para US\$ 6,79 bilhões. O volume de vendas teve expansão e chegou a 6,65 milhões de veículos globalmente, garantindo à empresa 7,3% de participação no mercado mundial.

A maior parte deste total foi emplacada na América do Norte, onde a Ford entregou 3 milhões de veículos. Já a América do Sul puxou para baixo a performance global da companhia.

A empresa vendeu 325 mil veículos no continente, volume que garantiu 8,8% de market share. Com a perspectiva de melhora da economia da região em 2017, a montadora espera também aprimorar estes resultados este ano.

Em expansão, a Europa absorveu 1,53 milhão de carros da Ford, assegurando lucratividade. Outros 161 mil veículos foram vendidos no Oriente Médio e na África, enquanto na Ásia foram emplacados 1,60 milhão de veículos da companhia.

Lucro líquido da FCA cresce 47% em 2016

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business



FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES

O Grupo FCA encerrou 2016 com lucro líquido 47% maior do que o apurado no ano anterior, passando de € 1,7 bilhão para € 2,5 bilhões, considerando o lucro líquido ajustado (antes de juros e impostos) informa em balanço financeiro divulgado na quinta-feira, 26.

O resultado após desconto ficou em € 1,8 bilhão, aumento expressivo quando comparado com os € 93 milhões de um ano antes. No relatório, a montadora aponta para este ano um crescimento de 20% no lucro líquido ajustado, para € 3 bilhões.

O faturamento líquido beirou a estabilidade, com leve aumento de 0,4%, passando de € 110,5 bilhões em 2015 para € 111 bilhões em 2016. Para este ano, a empresa prevê um aumento de 3,6% a 8%, entre € 115 bilhões e € 120 bilhões.

A dívida industrial líquida fechou o ano em € 4,6 bilhões, € 500 milhões a mais do que no ano anterior. No relatório, a FCA aponta que planeja reduzir esta dívida líquida praticamente pela metade, para € 2,5 bilhões.

As vendas do grupo também ficaram estáveis, com pequeno aumento de 2%, para 4,7 milhões de unidades em todo o mundo, com destaque para o crescimento de 9% das vendas da Jeep, para 1,42 milhão de veículos.

O relatório destaca ainda os resultados na América Latina, onde a FCA conseguiu reverter o prejuízo de € 87 milhões apurado em 2015 para Ebit de € 5 milhões (lucro antes de juros e impostos). Segundo a empresa, o desempenho da região é resultado do mix de veículos que se tornou mais atrativo principalmente com os lançamentos de Fiat Toro e Jeep Compass.

Além disso, a FCA registra redução nos custos de vendas, gerais e administrativos a partir das iniciativas para adequar a operação ao volume do mercado, embora tais ações tenham sido parcialmente ofuscadas por vendas menores e custos maiores de produção, por sua vez impulsionados pela inflação e novos concorrentes de mercado.

Já o faturamento líquido (ou receita líquida) do grupo na região diminuiu 3,6%, para € 6,1 bilhão, devido às vendas menores na região, que caíram 18%, passando de 553 mil para 456 mil, embora tenham sido parcialmente compensadas pelos lançamentos Fiat Toro e Jeep Compass. Segundo a empresa, o resultado reflete ainda as condições fracas do mercado brasileiro, parcialmente compensada pela melhora na Argentina.

Na região do Nafta, bloco composto por Canadá, Estados Unidos e México, a receita líquida do grupo caiu 1%, para € 69 bilhões, refletindo vendas 5% menores, para 2,58 milhões de unidades em 2016 contra as 2,78 milhões de 2015.

Por outro lado, o grupo ítalo- americano viu suas vendas subirem 14% na região denominada EMEA, que compreende União Europeia, Oriente Médio e África, principalmente devido ao aumento dos volumes de vendas e ao mix de produtos mais favorável, incrementado com a nova família do Fiat Tipo e os novos Alfa Romeo Giulia e Jeep Renegade. Com isto, a receita líquida subiu 7%, para € 21,8 bilhões.

Na Ásia-Pacífico, que inclui China, a FCA amargou os resultados: as vendas caíram quase 40%, para pouco mais de 91 mil unidades contra as 149 mil de um ano antes, o que fez o faturamento líquido passar de € 4,8 bilhões para € 3,6 bilhões.

Na divisão de componentes, que soma os resultados de Magneti Marelli, Comau e Teksid, a FCA registra retração de 1% no faturamento líquido, que fechou 2016 em € 9,65 bilhão sobre os € 9,77 bilhão do ano anterior, embora o lucro (Ebit, antes de juros e impostos) tenha aumentado 13%, para € 445 milhões.

VW elege novo membro para o conselho

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A executiva Hiltrud Werner foi escolhida para suceder a Christine Hohmann-Dennhardt no conselho administrativo do Grupo VW. Segundo a Volkswagen, o fato decorre de "diferenças em sua compreensão de responsabilidades e futuras estruturas operacionais dentro da função que ela liderava".

A mudança ocorre dias após as autoridades americanas multarem a VW em US\$ 4,3 bilhões como desdobramento do escândalo dieselgate.

Em janeiro de 2016 Christine fora nomeada membro do conselho com a responsabilidade de "integridade e assuntos jurídicos". A VW, no entanto, reconhece a importância da executiva, que nestes 12 meses deu início a melhorias nas estruturas de conformidade do grupo e liderou uma campanha pela integridade na companhia.

Hiltrud, a sucessora, é graduada em Economia e vem chefiando a auditoria do grupo Grupo Volkswagen desde 1º de janeiro de 2016. Ocupou cargo semelhante dentro da ZF antes de se mudar para a VW. Também atuou na BMW.

Hyundai ix35 GL tem novos itens de série

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A versão intermediária GL do Hyundai ix35 passa a ser equipada com controles de estabilidade (ESP) e de tração (TCS). Os novos equipamentos se somam a outros itens incorporados no fim de 2016, como o monitoramento da pressão dos pneus e o Start-Stop, que desliga e religa o motor no tráfego pesado para economia de combustível.

O ix35 GL tem preço sugerido de R\$ 107.050. A versão de entrada começa em R\$ 99,9 mil e a topo de linha GLS parte de R\$ 131.290.

O ix35 foi o nono utilitário esportivo mais vendido no País em 2016, com 10,2 mil unidades e queda de 30,6% em relação a 2015, algo explicável não só pela retração de mercado de 20,5%, mas também pela maior pressão da concorrência.

O modelo é nacionalizado em Anápolis (GO) pela Caoa ao lado do antigo e do novo Hyundai Tucson e também do caminhão HR.

Mercado argentino cresce, mas produção encolhe

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business

O mercado de veículos argentino alcançou em 2016 o melhor patamar dos últimos três anos. Dados da Acara e da Adefa, entidades dos distribuidores e dos fabricantes de veículos, respectivamente, mostram que a demanda avançou 14% no ano passado, para 699,5 mil unidades. A expansão, no entanto, não bastou para levar os negócios de volta ao recorde alcançado em 2013, quando foram negociados 900 mil veículos no país.

Boa parte dos clientes argentinos foram atendidos por carros importados, já que a produção encolheu em 2016. Foram feitas 472,7 mil unidades nas fábricas instaladas ali, com queda de 10,2% sobre o resultado registrado em 2015. As exportações também tiveram decréscimo. Com 190 mil veículos em outros mercados, houve baixa de 20,8%.

Mesmo com a redução das vendas no ano passado, o Brasil segue como principal mercado para os carros produzidos na Argentina. Do total, foram exportadas para cá 137,6 mil unidades. Em seguida aparecem México e Uruguai na lista dos maiores clientes da indústria automotiva do país.

Assim como a Anfavea faz no Brasil, a argentina Adefa planeja ampliar os volumes de exportação em 2017 para garantir bons volumes à indústria da região. A entidade mira nos mercados Colômbiano, da América Central e da África para alcançar este objetivo.

VOLKSWAGEN LIDERA

O ranking de vendas foi liderado pela Volkswagen em 2016, que vendeu 108,4 mil veículos, com queda de 7,9% na comparação com o ano anterior. A Chevrolet (99,6 mil carros) foi a segunda marca mais procurada, seguida pela Renault (99 mil) por pequena diferença. A marca que mais cresceu no país no ano passado foi a Jeep, que entregou 3 mil carros e avançou mais de 800%.

Yamaha cria a própria empresa de logística

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A Yamaha inaugurou neste mês a Yamalog, divisão de logística com sede em Manaus (AM) e filiais no Sudeste. A nova empresa é a primeira desse gênero dentro da companhia. Vai atender a demandas da própria fabricante de motocicletas e também prestará serviços a outros clientes a partir do terceiro trimestre.

Um dos objetivos da nova divisão é aumentar a competitividade da Yamaha no Brasil. A divisão já começou a atuar em Manaus, substituindo trabalhos antes prestados pela Fedex.

Oferece transporte e operação desde a saída da linha de produção, expedição da fábrica, transferência dos produtos acabados da planta para o centro de distribuição,

gestão do estoque, inventários, expedição e faturamento, disponibilização de mão de obra e também equipamentos de movimentação de materiais.

A nova empresa concorrerá dentro da Yamaha com companhias especializadas em logística e terá seu desempenho avaliado constantemente. De acordo com a companhia, no ano que vem a Yamalog estará presente em todas as frentes do processo de logística das demais divisões do grupo, como instrumentos musicais e equipamentos náuticos.

Sandero e Duster têm recall por airbags

27/01/2017 – Fonte: Automotive Business



A possibilidade de falha no airbag do motorista levou a Renault a fazer um recall de 3.820 veículos. O item de segurança fabricado pela Takata pode não funcionar em caso de colisão.

A campanha envolve 3.083 Sandero com chassi EJ347159 até EJ396614, fabricados entre 7 e 19 de maio de 2014, e 737 Duster, com chassis de FJ355167 até FJ401184, montados entre 7 e 19 de maio de 2014, mais as unidades de GJ928087 até GJ989889, feitas entre 6 e 23 de junho de 2014, nas versões Expression e Dynamique, com motor 1.6.

A verificação e a substituição das bolsas infláveis serão feitas gratuitamente em uma das concessionárias Renault. A montadora orienta o agendamento da inspeção com o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) pelo telefone 0800 055 56 15 ou pelo site www.renault.com.br/servicos/recall.

Autopeça repassará reajuste do aço

27/01/2017 – Fonte: INDA

O diretor do Sindipeças, Flávio Del Soldato, sabe que desta vez não adianta chorar. O reajuste no preço do aço, de 8% em média, na virada do ano, é inevitável. Por isso, o sindicato que representa a indústria de autopeças pretende pedir às montadoras "compreensão" nesse momento em que um setor golpeado pela crise se diz obrigado a repassar o aumento de custos de um insumo essencial.

"Em casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão", destaca Del Soldato. "Temos que aceitar o reajuste. Sabemos que não há mais espaço para segurar os preços", afirma, numa postura oposta à época em que o setor automotivo esperneava ao primeiro sinal das siderúrgicas para elevar preços.

Os tempos são outros. Montadoras já não ameaçam com importações. Não podem dar-se ao luxo de bancar o frete de uma matéria-prima que também está cara no mercado externo.

Del Soldato acha difícil, no entanto, repassar reajustes de preços ao consumidor final. "As usinas sempre controlaram o fornecimento com base no preço internacional.

Cobravam uma 'taxa de conforto', que equivalia ao valor do frete do produto importado", diz Del Soldato. "Chegaram a abusar da taxa de conforto", diz. Num cenário sombrio, de crise, e de preços internacionais elevados, a velha briga entre siderúrgicas e setor automotivo ficou para trás.

Já a relação de forças entre montadoras e autopeças permanece a mesma. Por conta dos altos volumes, montadoras e os maiores produtores de componentes conseguem negociar diretamente com as usinas enquanto que as empresas menores compram diretamente das distribuidoras.

Isso significa menor poder de barganha e prazo para pagar, lembra Del Soldato. Matéria-prima representa 56% dos custos de produção nas autopeças. Segundo o dirigente do Sindipeças, para alguns fabricantes o aço compõe 60% dos custos. A situação se complica num setor que opera com 50% de ociosidade.

A exportação de peças de reposição tem sido uma alternativa à queda da demanda interna. Desde 2013, o melhor ano da história do setor, a participação das exportações no faturamento das autopeças cresceu de 8,3% para 19% no ano passado. Mas a expectativa é a fatia cair um pouco, para 18,6% este ano.

"Estamos pegando qualquer pedido no exterior para tentar preencher a ociosidade", afirma Del Soldato. Dados preliminares do Sindipeças indicam que em 2016 as empresas do setor alcançaram faturamento nominal em torno de R\$ 63 bilhões, o que representou uma queda de 4,5% em relação ao ano anterior e retração de 26% na comparação com 2013, ano recorde na produção e vendas de veículos no país. A receita do ano passado voltou aos níveis de 2004. Para este ano, no entanto, a entidade espera ligeira recuperação, de 2,7%, com faturamento nominal de R\$ 64,7 bilhões.

A mais recente pesquisa com os associados indicou ao Sindipeças que as empresas não se preparam para grandes investimentos em 2017. Se confirmado, o volume de recursos previsto para o ano, de US\$ 460 milhões em todo o setor, será só um pouco superior aos US\$ 440 milhões aplicados no ano passado. "Parece pouco, mas diante da situação é até muito", afirma Del Soldato.

O cenário é, no entanto, muito diferente de quatro anos atrás. Em 2013, US\$ 1,9 bilhão foram aplicados no parque industrial, 12,7% mais do que no ano anterior. A maior parte desse volume foi usada para aumentar capacidade e atender à expansão das encomendas das montadoras.

Desde então, a indústria de peças fechou 56 mil postos de trabalho. O setor encerrou 2016 com 164 mil funcionários. A queda no nível de emprego só não foi maior graças a instrumentos como banco de horas, férias coletivas e redução de jornada e salário e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Os fabricantes de autopeças agora aguardam o "destravamento da taxa de juros", como diz Del Soldato. A retomada da atividade depende de o consumidor sentir segurança para voltar a financiar carros. "Os juros são uma âncora para o otimismo", afirma o dirigente.

Corte de verba afeta pedidos de patente

27/01/2017 – Fonte: CIMM

O contingenciamento de recursos e o déficit de servidores no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) tem afetado a análise de marcas e patentes requeridas pela indústria. O País terminou 2016 com um estoque de 243.820 pedidos de patentes e 421.941 de registro de marcas acumulados.

Em reunião com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, o presidente do Inpi, Luiz Otávio Pimentel, pediu ajuda para a liberação de 210 pessoas do cadastro de reserva do concurso de 2014.

O tema preocupa o ministério porque afeta o dinamismo da indústria. Para ser aprovada, uma patente deve ser mundialmente inédita e ter aplicação industrial. "Já enviei ao ministro Dyogo (Oliveira, do Planejamento) um ofício solicitando a análise pelo ministério da liberação de mais 210 servidores do cadastro de reserva.

Convocar servidores em um momento em que o Brasil está em crise não é simples, mas estou otimista. A verdade é que o Inpi precisa de muito mais", disse Pereira ontem, após evento de posse dos últimos 70 dos 140 servidores aprovados no mais recente concurso para a casa.

O quadro total de servidores autorizado pelo Ministério do Planejamento para o Inpi é de 1.820 pessoas, mas hoje o total de servidores ativos é de 1.047 – a instituição atua com déficit de 43% de pessoal. Desse total, há apenas 292 pesquisadores dedicados ao exame de patentes e 131 ao de marcas.

Pelo menos nos últimos quatro anos houve um significativo descasamento entre número de depósitos (pedidos) e decisões – deferimento, indeferimento ou arquivamento – de concessão de patentes. Em 2016, 31.020 patentes foram solicitadas e 25.481 decisões tomadas. No ano anterior, a distância foi ainda maior: de 33.043 pedidos apenas 48% foram examinados. O tempo médio de espera para uma decisão de patente no Brasil é de 10,8 anos, ante 2,5 anos nos Estados Unidos.

De acordo com o presidente do Inpi, com a posse dos 70 novos servidores o instituto vai conseguir equilibrar o nível de entradas e saídas anuais de pedidos, mas ainda terá de solucionar o passivo de pedidos em estoque.

Isso passa também por melhoria de processos e ganho de eficiência. Entre outras medidas, o instituto passou a adotar o trabalho remoto, aumentando em até 30% a produtividade dos funcionários. Pimentel cogita a terceirização de parte dos exames e uso de exames já feitos em outros países para reduzir o estoque.

Ajuste

Com o ajuste fiscal, o Inpi foi vítima de forte contingenciamento de recursos por parte do governo federal a partir de 2015. Segundo Pimentel, em 2016, o ajuste foi ainda mais forte. O orçamento de R\$ 135 milhões foi contingenciado e passou a R\$ 60 milhões.

Com ajuda do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a quem o Inpi é vinculado, foi possível descontingenciar 40%, elevando o orçamento anual a R\$ 90,7 milhões, valor repetido este ano. Em 2016, o Inpi teve receita de R\$ 357 milhões, mas os recursos vão para o Tesouro. "Se a gente pudesse usar todo o dinheiro, o Inpi seria supermoderno", afirmou Pimentel.

Produtividade no Brasil cresce menos que nos EUA, diz economista

27/01/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A produtividade no Brasil caminha na contramão de países em desenvolvimento como Índia e China e tem avançado num ritmo inferior à dos Estados Unidos, afirma o economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade Columbia.

A entrevista faz parte da série "Estratégias para o crescimento: a mudança do papel do Estado na economia", produzida pelo Um Brasil em parceria com Columbia Global Centers - Rio de Janeiro, Center on Global Economic Governance da Universidade Columbia e FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo).

No vídeo ([assista à íntegra](#)), Scheinkman aborda a diferença entre a produtividade desses países com a do Brasil. No vídeo, ele diz que, enquanto países que são sucesso de crescimento desde a década de 1980 —como Coreia do Sul, Índia e China— caminham para alcançar o desenvolvimento por terem melhorado sua produtividade em relação à dos Estados Unidos, no Brasil a produtividade cresceu menos que a americana.

"A única maneira de alcançar os países mais avançados é você melhorar a sua produtividade num ritmo mais rápido do que eles estão melhorando também, porque senão você nunca vai alcançar", diz.

"O Brasil, por outro lado, ao contrário, nossa produtividade cresceu menos que a americana. Quer dizer, em relação aos Estados Unidos, se você tomar os Estados Unidos como padrão, nós fazemos ainda menos do que fazíamos antes com os mesmos insumos", complementa.

Scheinkman afirma ainda que a produtividade no Brasil é desigual. "Você vê setores como a intermediação financeira, por exemplo, em que a produtividade cresceu bastante. Você vê setores como manufatura em geral, a indústria manufatureira em geral, em que nossa produtividade andou para trás. Não só não alcançou a americana, mas andou para trás", ressalta. "E você vê setores como agricultura, na qual nossa produtividade cresceu muito mais rapidamente que nos Estados Unidos."

Segundo o economista, um dos fatores para o aumento da produtividade da agricultura foi a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que desenvolveu tecnologias que priorizaram não só o retorno privado, mas também o social.

No caso da indústria manufatureira, a criação de reservas de mercado para fabricantes prejudicou a competitividade dos fabricantes. "É um exemplo da proteção efetiva. Você protege uma coisa e desprotege uma série de outras coisas", diz.

"Nenhuma dessas coisas é responsável pela recessão aguda que vivemos agora, porque isso tem efeito de longo prazo. A razão pela qual a recessão machuca tanto é porque não somos um país rico. No Brasil, todo mundo quer progresso, mas ninguém quer mudança", completa.

Empresas têm até o fim do mês para aderir ao Simples Nacional

27/01/2017 – Fonte: CIMM

Pequenos negócios que foram excluídos do regime em dezembro podem fazer a solicitação se parcelarem os débitos em aberto



As micro e pequenas empresas em atividade que querem aderir ao Simples Nacional têm até o 31 de janeiro para fazer a solicitação. O regime tributário unifica oito impostos em um só boleto e a alíquota é única, variando entre 4% e 22,9%, e incide sobre a receita bruta do negócio.

Podem pedir a adesão empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. O pedido é feito na [página do Simples Nacional](#).

Se o pedido for aceito, a opção retroagirá ao primeiro dia deste ano. Quem perder o prazo, poderá fazer a solicitação somente no fim de 2017, quando abre novamente o sistema, e com o regime vigorando para 2018.

Para aderir ao regime, é necessário que a empresa esteja em dia com o pagamento dos tributos em todas as esferas, com as declarações emitidas ao Fisco e com as inscrições nos órgãos competentes.

A solicitação é feita a [página do Simples Nacional](#), indo na seção Simples - Serviços, depois clicando em Opção e, por último, Solicitação de Opção pelo Simples Nacional. O resultado final do pedido sai no dia 15 de fevereiro.

Não podem fazer a adesão empresas que faturam mais de R\$ 3,6 milhões ou que atuem em atividades vedadas, como importação ou fabricação de automóveis, importação de combustíveis, varejistas ou produtores de cigarros e bebidas alcoólicas e quem realiza cessão ou locação de mão de obra e se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis

Segundo a Receita Federal, apenas 213 mil empresas fizeram a solicitação até 17 de janeiro. O número está abaixo do esperado. Em 2015, por exemplo, foram 502 mil pedidos, sendo 320 mil deferidos.

Quem não precisa aderir?

As empresas que já fazem parte do Simples Nacional não precisam aderir novamente. Já os novos negócios podem aderir em qualquer época do ano, desde que a opção seja feita em até 30 dias após a inscrição municipal ou estadual.

E as empresas que foram excluídas?

As pequenas empresas que estavam no Simples Nacional e foram excluídas em dezembro por estarem com pagamentos em atraso podem fazer a opção pelo regime novamente. Para isso, precisam pedir o refinanciamento dos débitos abertos, através do [próprio site do Simples Nacional](#), na opção parcelamento.

De acordo com dados do Sebrae, 299 mil pequenos negócios foram excluídos do regime tributário simplificado em dezembro. Desses, 78 mil já aderiram ao parcelamento e fizeram a nova opção pelo Simples Nacional.

Vale a pena?

Antes de aderir ao Simples Nacional, o empresário e seu contador devem avaliar se a opção vale a pena. Apesar de o regime ter como objetivo simplificar a vida do empreendedor e oferecer uma opção mais acessível de tributação aos pequenos negócios, a opção pode não ser adequada para todos os empreendimentos. Como incide sobre a receita bruta, o valor cobrado pode ficar muito alto e não compensar lucros muito baixos. As outras alternativas são o Lucro Presumido e Lucro Real.

Atualização do Valor de Contribuição Mensal do MEI

27/01/2017 – Fonte: R7

Em função da correção do salário mínimo a partir de 01 de janeiro para R\$ 937,00, o valor da contribuição mensal dos Microempreendedores Individuais ([MEI](#)) foi atualizado.

O [MEI](#) deverá recolher mensalmente, através do DAS (Documento de Arrecadação do [Simples Nacional](#)), os seguintes valores, independentemente do montante da sua receita bruta:

R\$ 46,85 a título de contribuição previdenciária relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual (equivalente a 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição); R\$ 1,00 (um real), a título de [ICMS](#), caso seja contribuinte

desse imposto; R\$ 5,00 (cinco reais), a título de ISS, caso seja contribuinte desse imposto.

Estes novos valores serão devidos no recolhimento de 20 de fevereiro, referente ao mês de competência de janeiro/2017.

Não haverá alteração nos recolhimentos de 20 de janeiro, referente ao mês de dezembro/2016.